

Relatório de Execução Orçamental (RET)

I.º trimestre de 2023

Índice

Nota Introdutória

1. Demonstração de Resultados
2. Demonstração de Posição Financeira
3. Investimento e Endividamento
4. Cumprimento de Obrigações Legais
5. Acrónimos e Fórmulas
6. Anexos

Parecer Órgão de Fiscalização

A AdP Energias apresentou a proposta do PAO 2023, e submeteu no SIRIEF a 22 de dezembro de 2022, contendo em Anexo o Parecer do Fiscal Único/ ROC. Ainda se aguarda parecer e despacho por parte da Tutela.

O PAO para 2023, considerou o impacto das novas atividades da ação corporativa da AdP ENERGIAS no âmbito dos novos desígnios do Grupo AdP, nos domínios da gestão da energia e produção de energia Renovável, com base no EVEF da sociedade aprovado pelo Conselho de Administração de 28 de abril de 2021 e pela Comissão Executiva da AdP SGPS de 29 de abril de 2021.

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO de 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
I.º trimestre de 2023

Demonstração de Resultados		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	3M	12 M
Prestação de Serviços	€	101 323				101 323	103 231	146 810	587 243
Custo das vendas/variação inventários	€	0				0	0	0	0
Subcontratos	€	0				0	0	-9 411	-37 644
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	€	-18 324				-18 324	-15 103	-38 423	-167 553
Gastos com pessoal	€	-86 464				-86 464	-67 575	-74 150	-315 836
Amortizações	€	-73 678				-73 678	-76 339	-73 764	-313 939
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	€	55 962				55 962	55 962	55 962	223 848
Perdas por imparidade	€	0				0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas Operacionais	€	-92				-92	-1 586	-1 394	-6 643
Subsídios ao Investimento	€	0				0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	€	8 513				8 513	0	0	0
Resultados Operacionais	€	-12 760				-12 760	-1 410	5 631	-30 525
Gastos Financeiros	€	-277				-277	-603	-300	-2 250
Rendimentos Financeiros	€	0				0	0	0	0
Resultados Financeiros	€	-277				-277	-603	-300	-2 250
Resultados Antes de imposto	€	-13 038				-13 038	-2 013	5 331	-32 775
Imposto sobre o Rendimento	€	0				0	0	-333	-506
Resultado Líquido do Exercício	€	-13 038				-13 038	-2 013	4 998	-33 280

Notas:

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano, para o período em análise, está refletido nas 3 últimas colunas antes da coluna "PAO 2023 - 12M".

GASTOS OPERACIONAIS		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	3M	12 M
Custo das vendas/variação inventários	€	0				0	0	0	0
Subcontratos	€	0				0	0	9 411	37 644
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	€	18 324				18 324	15 103	38 423	167 553
Gastos com pessoal	€	86 464				86 464	67 575	74 150	315 836
Gastos Operacionais	€	104 788				104 788	82 679	121 983	521 033

DESEMPENHO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	3M	12 M
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	€	-12 760				-12 760	-1 410	5 631	-30 525
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	€	4 956				4 956	18 966	23 433	59 567
Margem EBITDA	%	5%				5%	18%	16%	10%

NOTAS:

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano, para o período em análise, está refletido nas 3 últimas colunas antes da coluna "PAO 2023 - 12M".

O **Volume de Negócios** regista um total de 101,3 mil euros, o equivalente a um desvio de -31,0% face ao previsto e de -1,8% face a 2022. Este desvio decorre: i) do atraso parcial no arranque da atividade de Gestão da CER da AdP, cujo pedido à DGEG foi realizado em 12 de abril de 2022 (impacto de -22,8 mil euros); ii) da redução verificada no negócio da Miniprodução, em função do atraso das ações de manutenção (-14,5 mil euros); iii) da redução verificada no negócio da Microprodução pelo atraso da conversão das centrais para UPAC (-4,7 mil euros) e; iv) da redução verificada na produção de energia na central microhídrica de Beiriz, em resultado de diversas avarias ocorridas até setembro e do atraso na otimização operacional (-3,3 mil euros).

Os **Gastos Operacionais**, compostos essencialmente por **FSE's** e **Gastos com Pessoal**, registam um total de 104,8 mil euros o equivalente a um desvio de -14,1% face ao previsto e de +26,7% face a 2022. O desvio decorre dos encargos com um administrador que a partir de fev de 2023 passaram a estar afetos à AdP Energias. Este encargo não está previsto em PAO 2023.

Os **Resultados Financeiros** registam um saldo de -0,3 mil euros, o equivalente a um desvio de -7,6% face ao previsto e de -54,1% face a 2022. O valor de Gastos Financeiros é composto sobretudo pelos gastos com despesas bancárias e juros de locação.

O **Resultado Líquido** regista um total de -13,0 mil euros, o equivalente a um desvio de -18 mil euros face ao previsto e -11 mil euros face 2022. Este resultado é consequência do atraso no arranque da atividade CER e das centrais UPAC's e redução nas diferentes áreas de negócio.

Para além do referido, verifica-se um agravamento dos Gastos com pessoal (exposto acima) e uma receita extraordinária que corresponde à indemnização referente às inundações ocorridas em dezembro nas centrais.

Os **FSE's** registam um total de 18,3 mil euros, o equivalente a um desvio de -61,7% face ao previsto. O desvio verificado resulta da menor execução de serviços em rubricas de "Subcontratos" (-100%) e "Trabalhos Especializados" (-71,6%). Em ambos os casos os valores orçamentados dizem respeito às prestações de serviços de manutenção das centrais (Micro, Mini e Beiriz) cujos contratos se encontram em negociação/ arranque.

Os **Gastos com Pessoal** registam um total de 86,4 mil euros, o equivalente a um desvio de +16,5% face ao previsto. O desvio decorre da assunção das responsabilidades da empresa para com os encargos com um dos administradores executivos, a partir de Fev 2023. A remuneração e os respetivos encargos não estão previstos em PAO para 2023.

Para além do referido, e da degradação do desempenho operacional verifica-se um **EBITDA** negativo em 12,7 mil euros.

2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balanco)
I.º trimestre de 2023

Demonstração da Posição Financeira		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	3M	3M	12 M
Ativos não correntes	€	378 161				378 161	685 003	395 128	547 437
Ativo intangível	€	0				0	0	10 000	105 000
Ativos fixos tangíveis	€	376 176				376 176	668 246	382 488	380 696
Ativos sob direito de uso	€	901				901	16 331	1 577	60 409
Outros ativos não correntes	€	1 084				1 084	427	1 062	1 332
Ativos correntes	€	505 865				505 865	342 610	483 877	331 328
Clientes	€	59 362				59 362	114 008	94 944	76 854
Disponibilidades	€	406 441				406 441	213 834	383 334	250 376
Outros ativos correntes	€	40 062				40 062	14 769	5 598	4 098
Ativo total	€	884 026	#VALUE!	#VALUE!	0	884 026	1 027 613	879 005	878 766
Capital Social	€	1 250 000				1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000
Ações próprias	€	4 500 000				4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000
Resultados transitados e reservas	€	-4 910 657				-4 910 657	-4 709 510	-4 991 401	-4 991 401
Resultado líquido	€	-13 038				-13 038	-76 497	4 998	-33 280
Capital Próprio	€	826 305	0	0	0	826 305	963 993	763 597	725 319
Passivos não Correntes	€	0				0	3 438	0	0
Financiamentos obtidos	€	0				0	0	0	0
Passivos da locação	€	0				0	3 438	0	0
Outros passivos não correntes	€	0				0	0	0	0
Passivos Correntes	€	57 721				57 721	60 182	116 600	154 639
Financiamentos obtidos	€	0				0	0	0	0
Passivos da locação	€	0				0	12 343	1 245	69 939
Outros passivos correntes	€	57 721				57 721	47 839	115 355	84 701
Passivo total	€	57 721				57 721	63 620	116 600	154 639
Ativo total - (Passivo total + Capital Próprio)	€	884 026				884 026	1 027 613	880 197	879 958

DESEMPENHO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	3M	3M	12 M
Dívida Financeira	€	0				0	0	0	0
Debt to equity	%	0%				0%	0%	0%	0%
Net Debt - Endividamento líquido	€	-406 441				-406 441	-213 834	-383 334	-250 376
Net Debt to EBITDA	valor	-20,5					-2,8	-4,1	-4,2

NOTAS:

O indicador EBITDA é, para cada período, extrapolado para valores anuais.
No indicador Net Debt não são consideradas as Locações Financeiras

O **Ativo Total** regista um valor de 884 mil euros, apresentando uma variação de +4 mil euros face ao previsto e de -53,4 mil de euros face a dezembro de 2022.

A situação patrimonial evidencia a não execução do investimento previsto;

O **Investimento** previsto para 2023 totaliza cerca de 165,1 mil euros e respeita ao desenvolvimento de uma plataforma de gestão da CER da AdP SGPS e à sua integração em SAP. Durante este trimestre não se observou qualquer execução relativamente a esta atividade, uma vez que ainda não foi aprovada formalmente pela DGEG a criação de CER do Grupo AdP. Igualmente o investimento para conversão de centrais fotovoltaicas para UPAC aguarda averbamento no Portal do Autoconsumo pela DGEG.

A rubrica de **clientes** atinge 59,4 mil euros, apresentando uma redução de 17,5 mil euros face ao previsto a dez e uma redução de 56,6 mil euros face ao fecho de dez 22 (foi regularizada em Fev 2023, a dívida de 80 mil euros da AdN). Cerca de 99,0% daquele saldo corresponde a faturação do período, ainda não vencida.

Cerca de 70% da dívida de clientes está concentrada em 3 empresas, com o seguinte detalhe: AdA (18,7 mil euros); SIMARSUL (14,5 mil euros); AgDA (8,2 mil euros).

Em consequência o saldo das disponibilidades encontra-se acima do previsto.

O **Passivo Total** regista um valor de 57,7 mil euros, apresentando uma variação de -96,9 mil euros face ao previsto e de -44,3 mil euros face a 2022.

O passivo é composto por Fornecedores (0,4 mil euros) e sobretudo pela rubrica de Outros Passivos Correntes (57,4 mil euros), sendo esta última constituída por acréscimos de gastos com pessoal e prestação de serviços (31,8 mil euros), outros passivos (39 mil euros) bem como 25,5 mil euros ao Estado. Tendo-se verificado uma redução da ordem dos 80% na rubrica de fornecedores.

A empresa não tem qualquer financiamento contratado.

O **Endividamento Líquido** regista um valor de -406,4 mil euros, corresponde as disponibilidades. A empresa não apresenta qualquer financiamento remunerado.

3. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

1.º trimestre de 2023

INVESTIMENTO TOTAL		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	3M	12 M
Investimento	€	0				0	0	0	165 050
Ativos fixos tangíveis	€	0				0	0	0	0
Ativos intangíveis	€	0				0	0	0	165 050

Notas:

Os valores acima representam o investimento feito em cada um dos trimestres de 2022 e valores acumulados ao período.

ENDIVIDAMENTO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	3M	3M	12 M
Endividamento	€	0			0	0	0	0	0
Médio e Longo Prazo	€	0				0	0	0	0
BEI	€	0				0	0	0	0
Banca Comercial	€	0				0	0	0	0
Holding	€	0				0	0	0	0
Locação Financeira (*)	€	0				0	0	0	0
Curto Prazo	€	0				0	0	0	0
BEI	€	0				0	0	0	0
Banca Comercial	€	0				0	0	0	0
Holding	€	0				0	0	0	0
Descobertos bancários	€	0				0	0	0	0
Locação Financeira(*)	€	0				0	0	0	0

* Para o Financiamento apenas se considera a Locação Financeira relativa a entidades equiparadas a instituições financeiras, pelo que não se inclui os contratos de AOV

A AdP Energias não realizou até março de 2023 qualquer Investimento.

O investimento a efetuar diz respeito ao desenvolvimento de uma plataforma de gestão da CER da AdP e à sua integração em SAP, na área da Gestão da Energias e à Conversão de Centrais em UPAC. A sua execução está prevista para 2023.

A AdP Energias não regista dívida financeira, em linha com o orçamento projetado.

4. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

I.º trimestre de 2023

Prazo Médio Pagamento	2023				2023	2022	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M	3M	12 M	
PMP - Prazo Médio de Pagamentos ⁽¹⁾							
dias	24				24	28	35

NOTAS:
 Conforme RCM n.º34/2008 (média móvel a 12 meses) de 22 de fevereiro e Despacho n.º9870/2009

Conforme RCM n.º 34/2008

No âmbito do cumprimento das orientações legais, assinala-se "superado" da RCM n.º 34/2008 referente ao **Prazo Médio de Pagamentos**. O indicador é calculado com base na média dos últimos 4 trimestres.

Indicadores e Gastos Operacionais		2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M		12 M	
(1) GASTOS OPERACIONAIS = (2) + (3) + (4)	€	104 788	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	82 679	121 983	331 203	521 033
2) CMVMC (DR)	€	0	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	0	0	0	0
(3) FSE's (DR)	€	18 324	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	15 103	47 834	53 555	205 197
(4) PESSOAL (DR)	€	86 464	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	67 575	74 150	277 649	315 836
(5) EFEITO EM PESSOAL (alínea a) do n.º4 do artigo 133)	€	-	66 099	67 355	68 564	-	-	203 231	-
i) Órgãos Sociais	€	-	66 099	66 099	66 099	-	-	200 366	-
ii) impacto de cumprimento de disposições legais (ex.: anuidades, reclassificações, convergência real, progressões,...)	€	0	-	1 856	2 865	-	-	2 865	-
ii) Orientações relativamente ao acordo celebrado a 9 de outubro 2022 ^(a)	€	-	-	-	-	-	-	-	-
iv) impacto das valorizações remuneratórias obrigatórias	€	-	-	-	-	-	-	-	-
v) impacto de efeito de absentismo	€	-	-	-	-	-	-	-	-
vi) impacto de indemnizações por rescisão não incluindo por mútuo acordo	€	-	-	-	-	-	-	-	-
(6) INDEMNIZAÇÕES por MÚTUO ACORDO	€	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) EFEITO FATORES EXCEPCIONAIS (Crise Geopolítica) ^(b)	€	-	122	#VALUE!	#VALUE!	-	493	2 037	-
vii) FSE's - Fatores energéticos (não inclui gastos com transporte)	€	-	122	#VALUE!	#VALUE!	-	493	2 037	-
viii) FSE's - Fatores energéticos (apenas gastos com transporte)	€	-	122	#VALUE!	#VALUE!	-	493	2 037	-
ix) FSE's - Requisitos de segurança	€	-	-	#VALUE!	#VALUE!	-	-	-	-
x) FSE's - Outros (devidamente fundamentados se não previstos nos termos do DLEO)	€	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) EFEITO de OBRIGAÇÕES LEGAIS	€	-	-	-	312	-	-	-	-
xi) CMVMC	€	-	-	-	-	-	-	-	-
xii) FSE's	€	-	-	-	-	-	-	-	-
xiii) Pessoal	€	-	-	-	312	-	-	-	-
(9) OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS	€	6 486				5 546	13 444	35 477	53 777
xiv) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de custo	€	163				243	369	525	1 477
xv) Gastos com as viaturas	€	5 998				5 207	7 425	18 995	29 700
xvi) Gastos com estudos, pareceres e proj. consultoria	€	324				96	5 650	15 957	22 600

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (10)/(11) ^(c)	%	103,30%				79,61%	79,99%	71,40%	85,63%
(10) Gastos Operacionais ^(c) = (1) + (ii) + (iii) + (7) + (8)	€	104 666				82 186	117 434	327 711	502 835
(11) Volume de Negócios = (VN)	€	101 323				103 231	146 810	458 968	587 243
Gastos com Pessoal (c) = (4) + (5) + (xiii)	€	20 365				17 898	19 584	74 417	91 810
FSE's ^(e) = (3) + (vii) + (viii) + (xii)	€	18 202				14 611	45 797	52 928	197 051
Rubricas Operacionais ^(f) = (9) + (viii)	€	6 364				5 053	11 408	34 850	45 631

NOTAS:

- a) Despacho da Secretaria de Estado das Finanças e da Secretaria de Estado do Tesouro;
b) Conforme alínea c) do n.º2 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro;
c) Calculado de acordo com o n.º1 e alínea c) do n.º2 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro;
d) Conforme alínea a) do n.º4 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro;
e) Conforme alínea b) do n.º4 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro;
f) Conforme alínea c) do n.º4 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro.

Pressupostos de análise

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações orçamentais é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

PESSOAL

A análise é feita ao abrigo da alínea a) do n.º4 do art.º 133 do DLEO para 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

FSE's

A análise é feita ao abrigo da alínea b) do n.º4 do art.º133 do DLEO para 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

GASTOS OPERACIONAIS

A análise é feita ao abrigo do n.º1 e alínea c) do n.º2 do artigo 133 do DLEO de 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

GO/VN (eficiência operacional)

A análise é feita ao abrigo do n.º1 e 2 do art.º133. do DLEO de 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

Neste indicador o rácio de 2022 não é idêntico ao constante do R&C, uma vez que no exercício de orçamento para 2023 este rácio não foi ajustado por matérias de combustíveis, permitindo assegurar a comparabilidade dos exercícios.

ENDIVIDAMENTO

A análise é feita ao abrigo do art.º134 do DLEO de 2023 (DL 10/2023, de 8 de fevereiro).

Análise: Cumprimento dos indicadores

Indicador GO/VN

•é expectável a inversão da tendência do indicador com o arranque das novas atividades.

Indicador Gastos com Pessoal

•Em termos comparáveis verifica-se tendência para o cumprimento deste indicador.
• Face a 2022: o desvio mais relevante decorre da assunção das responsabilidades da empresa para com a remuneração e respetivos encargos com um dos administradores executivos.

Indicador Gastos com FSE's

•Verifica-se tendência para o cumprimento do indicador.
•Face a 2022 verifica-se o alinhamento deste indicador.

Indicador Rubricas Operacionais

•Verifica-se tendência para o cumprimento do indicador.
•Face a 2022 verifica-se o alinhamento deste indicador.

Endividamento		2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	12 M		
Endividamento	€	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de Crescimento de Endividamento (DLEO)	%	-200,00%				0,00%	-200,00%	0,00%	-200,00%

NOTAS:
O rácio de ENDIVIDAMENTO trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2021. O rácio de ENDIVIDAMENTO de 2021 é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2019. O rácio de ENDIVIDAMENTO do Orç.2022 é calculado com base no real a dezembro de 2021.

N° de colaboradores		2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	12 M		
Recursos Humanos	n°	6				6	6	6	8
Pessoal	n°	2				2	2	2	4
Órgãos Sociais	n°	4				4	4	4	4
Contratos Suspensos	n°	1				1	1	1	1

<p>Endividamento: A empresa não apresenta endividamento remunerado.</p>
<p>Recursos Humanos: A março não se constata qualquer aumento do n° de trabalhadores, face ao final de 2022. O total de colaboradores encontra-se em linha face ao previsto, 6 trabalhadores. Constituem os órgãos sociais: 3 membros executivos do CA, 1 ROC (não estão considerados 2 membros da AG por não serem remunerados).</p>

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdA	Águas do Algarve
AdAM	Águas do Alto Minho
AdCL	Águas do Centro Litoral
AdNorte	Águas do Norte
AdP	Águas de Portugal
AdVT	Águas do Vale do Tejo
AgdA	Águas Públicas do Alentejo
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SEAMB	Secretaria de Estado do Ambiente
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
IRCT	Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
ROA	Rentabilidade dos Ativos
ROCE	Rentabilidades do Capital Empregue
ROE	Rentabilidade do Capital Próprio
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do; 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente

FÓRMULAS	DESCRIÇÃO
<i>Autonomia Financeira</i>	<i>Capital Próprio / Ativo Total</i>
<i>Debt to Equity</i>	<i>Dívida Financeira / Capital Próprio</i>
<i>EBIT</i>	<i>EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)</i>
<i>EBITDA</i>	<i>Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento</i>
<i>Fundo de Maneio</i>	<i>Ativos Correntes / Passivos Correntes</i>
<i>Gastos Operacionais</i>	<i>Custo das vendas + FSE + Gastos com Pessoal + Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Outros Gastos Operacionais</i>
<i>Liquidez Geral</i>	<i>Ativos Correntes / Passivos Correntes</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios</i>
<i>Net Debt</i>	<i>Dívida Financeira - Disponibilidades</i>
<i>Net Debt to EBITDA</i>	<i>Net Debt / EBITDA</i>
<i>ROA</i>	<i>Resultado Líquido / Ativo Total</i>
<i>ROCE</i>	<i>EBIT / (Capital Próprio)</i>
<i>ROE</i>	<i>Resultado Líquido / Capital Próprio</i>
<i>Solvabilidade</i>	<i>Capital Próprio / Passivo Total</i>
<i>Variação do Endividamento</i>	<i>[[Financiamento Remunerado_N - Financiamento Remunerado_{N-1}] + [Capital Social_N - Capital Social_{N-1}]] / [Fundo de Remuneração_{N-1} + Capital Social_{N-1}]</i>
<i>Volume de Negócios</i>	<i>Vendas + Prestações de Serviços</i>



Ao Conselho de Administração da
AdP Energias – Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao primeiro trimestre de 2023

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da AdP Energias – Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao primeiro trimestre de 2023, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2023;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de três meses findo em 31 de março de 2023.
- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de três meses findo em 31 de março de 2023, no que se refere aos seguintes aspetos:
- Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 131º do Decreto-Lei n.º 10/2023;

- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 136º da Lei n.º 12/2022;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de três meses findo em 31 de março de 2023, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2023, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023”.

5.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 24 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 40 dias, o que se verificou, encontrando-se assim numa tendência de cumprimento.

5.3 Relativamente ao plano de contratação de colaboradores, nos termos do previsto no artigo 131º do Decreto-Lei n.º 10/2023, a Entidade encontra-se em cumprimento.

5.4 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se numa tendência de incumprimento comparativamente com o orçamento. No “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023” são apresentadas as devidas justificações.

5.5 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se numa tendência de incumprimento, no que respeita aos gastos com pessoal comparativamente com o orçamento, sendo que no “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023” são apresentadas as devidas justificações. No que respeita aos gastos com frota automóvel, gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e gastos com pareceres, projetos e consultoria, a Entidade encontra-se numa tendência de cumprimento face ao orçamento.

5.6 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento.

5.7 Adicionalmente à análise do Relatório de Execução Trimestral constatámos que a Entidade se encontra ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 136º da Lei n.º 12/2022. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2022, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2023 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.8 Observámos ainda o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

22 de setembro de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003